

Protesto concertado. CGTP e UGT partem para greve geral. Seguem-se outras

A acção dos sindicatos pode ter o efeito de diminuir o espaço para protestos violentos, segundo sociólogos consultados pelo i

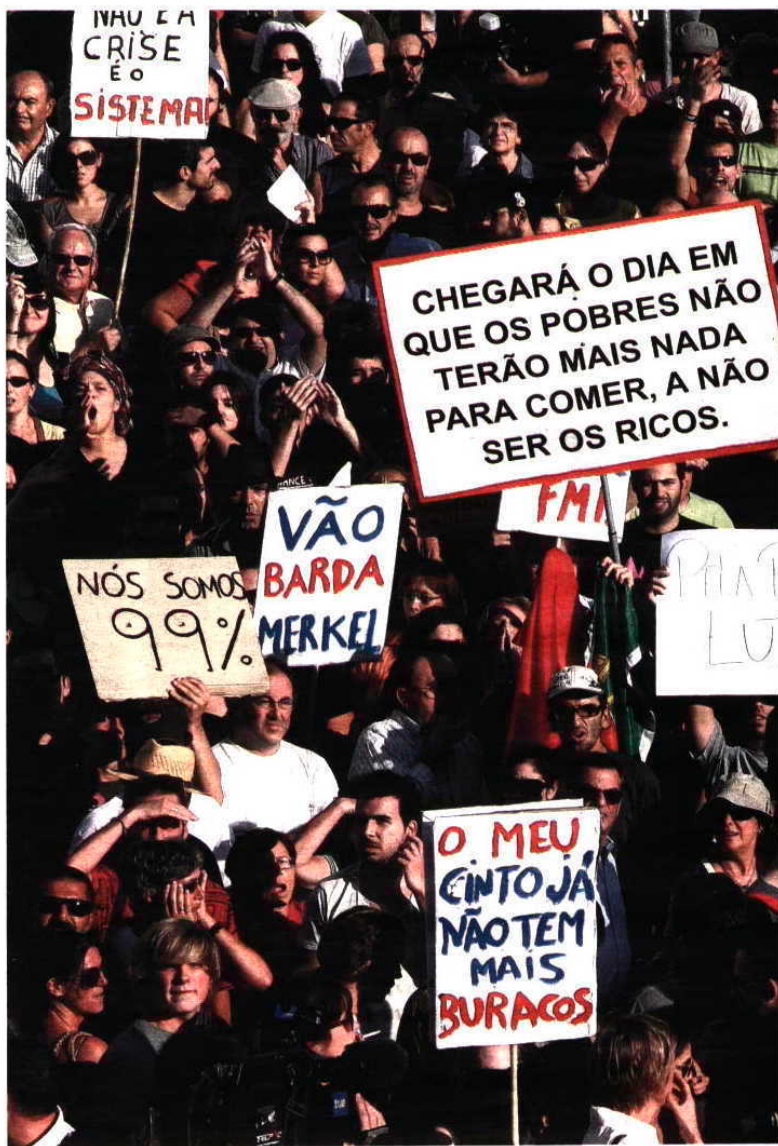
NELSON PEREIRA
nelson.pereira@ionline.pt

Os sindicatos decidiram avançar com a convocação de uma greve geral. Será a terceira vez na história da democracia portuguesa que as duas centrais sindicais se mobilizam para uma greve conjunta, a realizar em data que será anunciada amanhã. Os líderes de ambas as centrais sindicais, João Proença (UGT) e Carvalho da Silva (CGTP), consideram, porém, chegado o momento de um protesto contra as medidas de austeridade anunciadas pelo primeiro-ministro, Passos Coelho, na passada quinta-feira, para o Orçamento do Esta-

do do próximo ano. A data da greve geral vai agora ser proposta ao conselho geral da CGTP, que decorre entre hoje e amanhã, e ao secretariado nacional da UGT, cuja reunião está marcada para amanhã.

“Vamos levar aos órgãos de direcção da CGTP e da UGT a proposta de realização de uma greve”, afirmou o secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, na conferência de imprensa conjunta com a UGT, depois da reunião que teve lugar na sede da CGTP em Lisboa.

João Proença explicou que a decisão de organizar uma greve geral resultou de um “grande grau de convergência das preocupações” partilhadas pelas duas



centrais sindicais, salientando que “todos os dias” são exigidos sacrifícios “aos mesmos” – aos trabalhadores e aos pensionistas. Segundo Carvalho da Silva, a decisão de uma greve geral surge como reacção à “intensificação da exploração” dos trabalhadores e ao empobrecimento dos portugueses, face “à gravidade da situação” que o país atravessa.

Entre as medidas de austeridade anunciadas pelo primeiro-ministro está a eliminação até 2013 dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos e reformados que auferem mais de mil euros por mês e ainda uma taxa de redução progressiva para os vencimentos

entre o salário mínimo.

CONTROLAR A VIOLÊNCIA Segundo sociólogos ouvidos pelo i, a greve pode ter a utilidade de civilizar protestos anarquistas mais radicalizados que não procuram a negociação. De sucesso incerto e certamente “desgastante”, assinala Manuel Villaverde Cabral, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que compreende que “um sindicato está condenado a fazer greves e a esta seguir-se-ão outras”, mas lembra que “uma manifestação teria mais impacto”.

“Neste momento a greve geral é inevitável e não será uma greve geral que virá agravar a situação”, sublinha Pedro Adão

GREVES GERAIS

CONTRA O PRIMEIRO GOVERNO DE DIREITA

12 Fevereiro 1982
Convocada pela CGTP-Intersindical, sem a UGT, para exigir a demissão do governo da Aliança Democrática (coligação PPD, CDS e PPM), presidido por Francisco

Pinto Balsemão. Decorre sob a palavra de ordem “Uma só solução, AD fora do governo”, e regista, segundo a CGTP, uma adesão de um 1,5 milhões de trabalhadores.

POLÍCIA DE INTERVENÇÃO NA MIRA

11 Maio 1982 A CGTP convoca uma segunda greve geral, de protesto contra os incidentes da madrugada de 1 de Maio no Porto. A tentativa da UGT de usar a Praça General Humberto

Delgado, no Porto, para as comemorações do 1.º Maio, local tradicionalmente usado pela CGTP, dera origem a incidentes que resultaram em dois mortos e mais de 100 feridos.

PRIMEIRA GREVE GERAL CONJUNTA

28 Março 1988 Cavaco Silva conquistara nas eleições de 1987 uma maioria absoluta inédita, e tinha condições para fazer aprovar novas leis laborais. Convocada pela UGT, ganhou o

apoio da CGTP, resultando na primeira greve geral conjunta. Governo e sindicatos apresentaram depois números muito diferentes para a adesão: 30% e 84%.

A última greve geral foi há um ano, também com a austeridade na mira

JOÃO RELVAS/LUSA

Em análise

“Os sindicatos têm a obrigação de ser o canal oficial da indignação”

António Casimiro Ferreira
FEUC

“Uma manifestação teria muito mais impacto. Os desempregados, que são as maiores vítimas, não podem fazer greve”

Manuel Villaverde Cabral
ICSUL

“Os sindicatos podem emprestar conteúdo ideológico e político aos indignados, mais propensos à radicalização”

Elísio Estanque
CESUC



e Silva. O sociólogo do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) entende que “o percurso anunciado na quinta-feira por Passos Coelho vai conduzir o país à situação em que se encontra hoje a Grécia”.

“O problema na Grécia é de ordem política, pois o governo grego não consegue o apoio da oposição para cobrar taxas e impostos”, lembra, por seu lado, Villaverde Cabral. “Para não cairmos na situação da Grécia, o PS tem de assumir responsabilidades e apresentar uma contraproposta. No entanto, ouvindo o discurso de Zorrinho, não sei se Segu-

ro tem esta possibilidade”, sublinha.

INDIGNAÇÃO OFICIAL. Já para Elísio Estanque, “é fundamental que os sindicatos façam alguma coisa, pois é necessário evitar a anarquia e a radicalização. Os mecanismos que fazem parte da democracia, como a greve, canalizam o protesto anárquico para a negociação”, acredita o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A posição é partilhada por António Casimiro Ferreira, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para quem “os sindicatos têm a obrigação de ser o canal oficial da indignação”.

Na opinião de Elísio Estanque, o movimento sindical tem de desempenhar um papel fundamental neste momento, pois “poderá emprestar conteúdo ideológico e político a estes movimentos de indignados, que são mais propensos à radicalização”. Casimiro Ferreira defende que a greve geral “não fere a democracia nem a economia” e acontece “em situações de crise com o dramatismo da actual, significando que falharam outros processos normais de negociação”. E acrescenta que a acção concertada dos sindicatos “poderá forçar o governo a perceber que, embora a contenção e a austeridade sejam necessárias, as pessoas não podem ser encostadas à

parede, que as condições têm de ser negociadas”. Argumenta que “o discurso da inevitabilidade usado pelo governo é falacioso”, mas ressalva que “é necessário discutir tudo, discutir salários, e inclusive a aplicação do direito laboral, que hoje em dia não pode ser aplicado a todos os trabalhadores de forma igual, pois existem trabalhadores de categorias muito diversificadas”. Considera ainda que “o Memorando da troika foi dessacralizado com a questão da TSU” e contesta “o excesso de zelo e o fanatismo do governo”. A crítica é avançada também por Adão e Silva: “Esta dinâmica é nociva e tem de ser contrariada.”

CONTRA O CÓDIGO DE BAGÃO

10 Dezembro 2002
Inicialmente negociada pelas duas centrais sindicais, foi a CGTP a organizá-la, mas com o apoio de alguns dos sindicatos agregados na UGT, nomeadamente da

área dos transportes. O objectivo era protestar contra o novo Código de Trabalho de Bagão Félix, ministro da Segurança Social e do Trabalho no governo de Durão Barroso e Paulo Portas.

A PRIMEIRA CONTRA SÓCRATES

30 Maio 2007
Convocada pela CGTP contra o aumento do desemprego e a precariedade, os cortes salariais e o agravamento das desigualdades, foi a

primeira greve geral contra o governo Sócrates. Recolha do lixo, hospitais e transportes foram os sectores mais afectados. Segundo a CGTP, a adesão foi superior a 80%.

A SEGUNDA A UNIR CENTRAIS SINDICAIS

24 Novembro 2010
Convocada pelas duas centrais sindicais contra as medidas de austeridade anunciadas por Sócrates com o objectivo de consolidar as contas públicas. Entre

elas estava o corte de 5% na massa salarial da função pública, o congelamento das pensões em 2011 e o aumento de dois pontos percentuais do IVA, para 23%.